

## O NAPNE NO IFRN CAMPUS CAICÓ: VISLUMBRANDO AVANÇOS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO

João Batista Lucena; Débora Suzane de Araújo Faria (orientadora)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Caicó  
joao.batista.lucena@gmail.com; debora.faria@ifrn.edu.br

### Resumo

Esta pesquisa aborda a temática do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas – NAPNE, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – *Campus* Caicó. Tem por objetivo analisar as ações institucionais que estão sendo implementadas pelo NAPNE no âmbito do IFRN - *Campus* Caicó em relação aos deficientes. Para consubstanciar a investigação, utilizamos metodologicamente os procedimentos da pesquisa do estudo de caso. Quanto aos resultados, constatamos que o NAPNE propõe a apropriação de propostas educativas e de recursos que possam oportunizar o acesso a uma educação de qualidade aos estudantes com necessidades específicas, o que está anunciado na Portaria que norteia a sua criação. Mediante a pesquisa, comprovamos que o NAPNE realizou ações institucionais que estão contribuindo para a formação na perspectiva da inclusão do deficiente no *Campus* Caicó.

**Palavras-chave:** NAPNE, Deficiência, Direitos, Ações, Programa.

### Introdução

Atualmente, a política educacional brasileira estabelece que a educação inclusiva é a mais adequada estrutura de educação que objetiva acolher a diversidade dos estudantes e superar as desigualdades sociais e econômicas que se reproduzem na escola. Para Aranha (2001), o processo de inclusão escolar se deu a partir da inserção de alunos com necessidades educacionais especiais. É imprescindível destacar que educar é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano a partir de sua integração social.

Pois de acordo com BRASIL (1997, p. 5):

escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Os estudantes com necessidades educacionais especiais - NEEs se incluirão nesse processo educativo. Contudo, o principal desafio para incluir esses estudantes em uma instituição verdadeiramente inclusiva parte, inicialmente, da transformação de sua cultura, das concepções dos gestores, do corpo docente e discente sobre o que seja educação especial.

Esse trabalho tem o objetivo geral de analisar as ações do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas - NAPNE no IFRN, *Campus* Caicó, à luz da fundamentação teórica pertinente à área. Elencamos os seguintes objetivos específicos: identificar as ações indutoras que criaram o NAPNE nos Institutos Federais; especificar as ações empreendidas pelo NAPNE no *Campus* Caicó desde a sua criação em 2012.

Na primeira seção do trabalho se apresenta a introdução. A segunda seção analisa o processo de criação do NAPNE.

A terceira seção aborda as ações inclusivas que o NAPNE organizou no *Campus* Caicó. Por último, se fazem as considerações finais.

## Metodologia

As leituras realizadas possibilitaram um melhor entendimento sobre as metodologias, métodos e técnicas de pesquisa. Dentre esses métodos, a investigação qualitativa parte da premissa que por mais simples e evidente que os fatos pareçam, precisam ser observados para que, a partir deles, seja possível extrair informações importantes de situações que, “à priori”, pareciam comuns. Assim, entende-se que tudo pode ter sua parcela de contribuição na realização de uma pesquisa.

Por meio da pesquisa qualitativa se pode realizar as seguintes etapas: a observação, a descrição, a compreensão, o significado, e, por último, a descoberta. Nessa metodologia se relacionam o ambiente (a fonte dos dados); o investigador (instrumentalizador da pesquisa) e o objeto da pesquisa (o caso, a situação ou fenômeno). Nesse contexto, os investigadores se interessam mais pelo processo da pesquisa do que pelos resultados encontrados, pois o processo se relaciona diretamente com as causas, fenômenos, consequências e motivações dos objetos pesquisados.

O estudo de caso se caracteriza como um método que pode ser aplicado em uma pesquisa qualitativa, delimitando o foco do objeto da pesquisa. Esse método tem características que podem contribuir para a proposta de pesquisa na área de educação inclusiva. Através do estudo de caso se pode identificar o objeto de pesquisa em sua singularidade para que seja possível interpretá-lo, partindo do geral para o particular. No estudo de caso, o investigador se assume como o principal instrumento de investigação, facilitando a interpretação e a compreensão das situações observadas. Por outro lado, é necessária atenção para não alterar o processo, considerando que o investigador deve assumir uma postura imparcial durante a

investigação para que os resultados traduzam a real situação do objeto de estudo.

O fenômeno estudado permitirá fazer o **estudo de caso**, por ser uma unidade de ação flexível, contextualizar as questões propostas com as informações do grupo social através da **observação participante**. A investigação fomentará a elaboração e o manuseio dos instrumentos à luz dos dados, evidenciando com maior fluidez a literatura pertinente, associando assim, um processo de sincronia entre teoria/dado/teoria para compreender os fatores que poderão interferir na produção dos conhecimentos dos sujeitos da pesquisa.

A ética se caracteriza como superposta à conduta humana, pois todas as atividades que fazemos envolvem uma carga moral. Pode-se dizer que a ética é permanente e universal, partindo da premissa de que deve seguir regras e princípios teóricos.

Em todo trabalho de pesquisa devem ser adotados procedimentos e princípios éticos, como forma de preservar os sujeitos envolvidos no processo de investigação. Nesse trabalho de pesquisa foi realizado o estudo de caso sobre o NAPNE no contexto do IFRN *Campus* Caicó.

## Resultados e Discussão

No ano 2000, entra em ação o Programa TEC NEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC.

Associando-se ao TECNEP e em parceria com a Secretaria de Educação Especial - SEESP, cria-se no IFRN - *Campus* Natal Central o Núcleo de Inclusão, que no ano de 2004 consolidou-se enquanto Núcleo de Pesquisa, integrante da Diretoria de Pesquisa e, dimensionado para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PROPI (PPP, 2012).

Nesse ínterim, as ações do referido Núcleo estiveram voltadas para a promoção de ambiente físico, pedagógico, psicológico e social satisfatório aos estudantes, encaminhando-os para as diversas ofertas de cursos no *Campus* Natal Central. Caracterizadas as dificuldades, procurou-se dar assistência aos alunos ajustando-se e adequando-se os processos de seleção de cursos.

Para os docentes, as ações diziam respeito ao incentivo à formação na perspectiva da inclusão, tendo sido conseguido, “à priori”, pela inserção da disciplina de Educação Especial no currículo dos cursos das Licenciaturas.

O reconhecimento da importância e atuação do Núcleo de Inclusão para o IFRN se tornou restrito ao *Campus* Natal – Central, sendo preciso assumir novos desafios para a inclusão

das pessoas com necessidades especiais a partir da expansão da Rede Federal de educação tecnológica.

Nesse contexto, o TEC NEP visa, então, expandir a oferta da educação profissional para pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE – (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esses cursos poderão ser firmados em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

Visando implementar essas ações descritas anteriormente, a Rede Federal cria os Núcleos de Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas -NAPNE, que de acordo com Nunes, (2012, p. 26), tem como objetivo principal criar “na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a queda das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais”.

Portanto, é importante ressaltarmos que esse programa propõe a inclusão da pessoa com necessidades específicas à escola de educação básica e, no caso dos Institutos Federais, dá margem para a criação, nos Campi, de um núcleo NAPNE.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande institui o NAPNE pela Portaria n. ° 1533, de 21/05/2012, por intermédio do Programa TECNEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

Entre os objetivos específicos do NAPNE estão: promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade; adaptar materiais didáticos para alunos com necessidades educacionais específicas inclusos nos cursos regulares ou nos cursos de capacitação promovidos pelo IFRNS: transcrever, escanear, construir material em relevo, descrever imagens, auxiliar os servidores na construção do material para as aulas, bem como divulgar para a comunidade interna e externa algumas atitudes pertinentes perante os PNEEs; subsidiar servidores no que se refere a assuntos relacionados à inclusão de PNEEs; promover acessibilidade física e virtual do campus; promover cursos de capacitação no IFRN (PORTAL IFRN, 2014).

Essas propostas que subsidiam os objetivos do NAPNE estão fundamentadas no Projeto Político Pedagógico do IFRN – Um documento em construção, que apresenta um entendimento plural a respeito do sujeito com necessidades especiais.

A esse respeito, corroborando com o Parecer CNE/CEB 17/2001, o IFRN reconhece que a inclusão vai além de incluir o deficiente, pois avança no sentido de compreender que a inclusão se estende aos sujeitos tratados como minorias ou excluídos pelas políticas públicas.

Essa concepção assumida no NAPNE vai além do direito a uma educação de qualidade para todos e da ideia de que todos tenham os mesmos direitos e deveres, pois se embasa na concepção da equidade, que parte do princípio de educar conforme as diferenças e as necessidades individuais, não considerando que as condições demográficas, étnicas, geográficas, econômicas ou de gênero representem impedimentos para que se desenvolva a aprendizagem dos estudantes (CARVALHO, 2004).

No *Campus Caicó*, o NAPNE funciona na sala 23 (vinte e três) destinada, também, ao Programa Mulheres Mil. De acordo com informações obtidas mediante a leitura dos documentos arquivados na Coordenação do NAPNE, a composição do referido Núcleo consta de 07 membros titulares e 06 suplentes.

A tabela abaixo mostra a formação acadêmica dos membros.

Tabela 1 – Formação dos membros do NAPNE - *Campus Caicó*

<b>FUNÇÃO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
Pedagoga	Coordenadora
Técnico	Coordenadora Substituta
Docente disciplina Técnica	Titular
Assistente Social	Titular
Psicóloga	Titular
Membro comunidade externa	Titular
Discente	Titular
Discente	Suplente
Técnico	Suplente
Assistente Social	Suplente

Fonte: Coordenação de Registros do NAPNE do *Campus Caicó*

Desde a sua criação o NAPNE no *Campus Caicó* empreendeu as seguintes ações:

- ✓ Planejamento e execução de ações empreendidas na semana pedagógica do semestre letivo 2014.1 com a apresentação de uma **Palestra intitulada Educação Especial: conquistas e desafios**, proferida por professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- ✓ Realização de **Oficinas práticas sobre como desenvolver o trabalho com alunos cegos, surdos e com altas habilidades**;
- ✓ No ano de 2014 interviram nas Reuniões Pedagógicas com discussões sobre

educação especial e elaboraram um projeto de capacitação para os servidores a ser viabilizado em 2015;

- ✓ Oferta do **Curso Educação Inclusiva: Capacitar para compreender/aprender** no ano de 2015 para servidores do Campus Caicó;
- ✓ Oferta do **Curso Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS** no ano de 2016 para servidores do Campus Caicó;
- ✓ Organização de **Ciclo de Debates** sobre as deficiências e altas habilidades realizado no ano de 2017;
- ✓ **Visitas Domiciliares** objetivando conhecer as condições de vida do discente deficiente, proporcionando uma maior aproximação dos profissionais com a realidade sócio familiar;
- ✓ **Participação nos Conselhos de Classe** com o intuito de avaliar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e propor alternativas de caráter didático pedagógico para solução dos problemas detectados após cada bimestre letivo;
- ✓ **Participação nas Reuniões Pedagógicas** na perspectiva de formação continuada e permanente, envolvendo integrantes da Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais – APAE;
- ✓ **Encaminhamentos à rede Inter setorial de atendimento das políticas públicas** como saúde, assistência social, habitação, dentre outras, tanto ao discente quanto à sua família;
- ✓ **Realização de Atividades coletivas de caráter socioeducativo** a partir dos atendimentos individuais com os alunos, e das discussões dos casos pela equipe. Assim, são planejadas ações para a comunidade escolar que permitam à equipe atingir o maior número de alunos, a fim de refletir sobre questões que estejam afetando a coletividade.

## Conclusões

Evidenciamos que para a inclusão escolar acontecer no Campus em questão, dificuldades e desafios deverão ser transpostos, principalmente quando refletimos acerca de uma sociedade que ainda não está preparada para discernir alguns valores. Salientamos que antes de incluir alunos com necessidades específicas em nosso seio escolar, devemos preparar as pessoas para a mudança que isso acarretará.

Pois, para incluir um aluno não é somente trazê-lo para a instituição, mas é essencial dar-lhe o suporte necessário para que aprenda os conteúdos e adquira conhecimentos que auxiliem a sua vida enquanto um cidadão. Nesse aspecto, faz-se necessário observar atentamente as condições da formação pessoal dos sujeitos, além da preocupação com as questões relacionadas ao desempenho acadêmico desse estudante.

Consequentemente, a infraestrutura das instituições, a formação dos servidores que irão atender esse público é fator preponderante e condicionante para um bom atendimento a esses alunos e, certamente, a elaboração de estratégias para que se desenvolvam no processo do ensino/aprendizagem.

Ficou perceptível, através da pesquisa, que a inclusão desestabiliza uma estrutura já formada, a zona de conforto dos servidores, desencadeando novas concepções sobre como educar, porque serão necessários novos métodos e um reaprender a ensinar. Por meio da investigação foi possível perceber que as políticas inclusivas no IFRN - *Campus Caicó*, necessitam de atenção especial. Que, apesar dessa instituição estar se estruturando em termos da acessibilidade física e quebra das barreiras arquitetônicas, possuindo rampas de acesso, banheiros e caminhos acessíveis, percebemos que ainda precisa de adequações, principalmente no que diz respeito a formação de servidores e a implementação de políticas de acesso aos alunos com NEEs.

O trabalho da equipe do NAPNE é de suma importância no âmbito das relações interpessoais entre profissionais com visões diferenciadas e capacidades técnicas específicas. A soma e partilha dos conhecimentos e habilidades de cada área (Pedagogia, Serviço Social e Psicologia) do campus *Caicó* vem contribuindo não somente para o desenvolvimento acadêmico dos alunos deficientes, mas sobretudo para o crescimento pessoal dos mesmos enquanto indivíduos inseridos em uma sociedade diversa e repleta de desafios.

Contudo, embora as políticas do governo estipulem que todos os *Campi* possuam o NAPNE e, por isso, sejam contemplados com salas multifuncionais para auxiliar na formação dos alunos com NEEs, disponibilizando recursos para que esses alunos recebam o suporte necessário para a obtenção de sua formação, o *Campus Caicó* ainda está longe dessa realidade.

Assim, apesar de algumas ações estarem sendo implementadas ainda se tem muito por fazer para que a instituição seja realmente considerada inclusiva. Essa pesquisa ajudou-nos a perceber que a instituição está imbuída para aceitar as diferenças.

Por fim, acredita-se que a educação desses sujeitos será possível no momento em que, por meio das instituições profissionalizantes, mostrarmos que esse caminho é viável. Esse é o caminho que uma instituição deve trilhar para se tornar inclusiva, assumir os desafios e as responsabilidades, buscando um direcionamento eficaz e seguro para dar a todos os alunos, e em especial àqueles que apresentam necessidades educacionais específicas, o acolhimento e o atendimento que tem direito.

#### Referências

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização, In: *Novas Diretrizes da Educação Especial*. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, p. 12-17, 2001.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humano, 2. ed., 1997.

BRASIL. *Portaria n.º 1533, de 21/05/2012*. Disponível em: <http://www.sisu.furg.br/images/portaria21mec.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Resolução CNE/CEB nº 17/2001*. Trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto Político Pedagógico*. Natal: IFRN, 2012.

NAPNE. <http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/nucleo-de-inclusao>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

NUNES, L. R. D'O. de P. *Linguagem e comunicação alternativa: uma introdução*. In: Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro, Dunya, 2012.